

CORPOS EM LUTA, VOZES (AINDA) EM SILÊNCIO: A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DAS JOVENS MULHERES NEGRAS NO INTERIOR DE SÃO PAULO.

RESUMO

O presente estudo debruça-se sobre o esforço de contextualizar e discutir sobre as condições concretas de articulação social, e os processos de resistência do movimento feminista negro nos últimos anos, a considerar as mudanças que afetam o viver e o existir das mulheres negras no Brasil. Entende-se, sobretudo, que ao falar de “mulheres negras” é preciso qualificar suas especificidades, já que a identidade feminina negra não é homogeneizada, e as diferenças existentes marcam lugares políticos no interior dos movimentos sociais. Portanto, as “mulheres negras” aqui retratadas são jovens, com idade entre 18 e 30 anos, que residem há no mínimo dez anos no interior paulista, e fazem parte do coletivo de jovens mulheres negras, o “Coletivo Pretas” no município de Bebedouro- SP, ou ainda, que já tiveram algum contato direto com as atividades promovidas por ele. A motivação para este estudo se deve ao fato de, nas últimas duas décadas, constatar-se um aumento significativo das produções intelectuais sobre as condições das mulheres negras no Brasil e no mundo, realizados principalmente, por intelectuais negras, mas, em relação ao viver e o existir das mulheres negras, sobretudo jovens, e residentes nas cidades interioranas, há pouco referencial teórico produzido. Faz-se urgente essa discussão, pois, essas cidades possuem características do conservadorismo coronelista, presentes na política, especialmente nos partidos, na construção das políticas públicas e nos espaços de controle social, o que afeta diretamente as organizações coletivas e sociais, escassas na maioria das cidades sob, muitas vezes, o pretexto de que a população não se interessa por tais assuntos. Em nossas relações sociais, ainda se reverbera a afirmativa de que a mulher é e deve ser submissa ao homem, isso porque a história da humanidade é baseada, ora inscrita no ideário puramente religioso, em que uma mulher dependeu de um homem para existir, ora sob o pretexto de que biologicamente os homens são melhores por serem mais fortes. A responsabilidade pelo cuidado é predominantemente da mulher, considerada também pertencente ao “sexo frágil”. Na luta do movimento feminista um fenômeno que se desenvolveu fortemente, é que, enquanto as mulheres brancas lutavam pela expansão dos direitos civis, políticos e sociais, as mulheres negras cuidavam do lar e dos filhos delas, não podendo compor os espaços de luta, pois, tinham que trabalhar para garantir a sobrevivência dos filhos que ficavam sob os cuidados de outros familiares. Portanto, é indispensável considerar que o corpo das mulheres negras, construído enquanto corpo- trabalho, hiperssexualizado, explorável, lascivo, é muito espreado no imaginário social brasileiro. As estruturas cognitivas fazem pensar o corpo delas dessa forma, cujo nem mesmo as titulações acadêmicas, tão exigidas no campo profissional e mercadológico, não impedem que as relações de poder se estabeleçam. E, ainda que essas mulheres ocupassem os movimentos sociais (seja o movimento negro ou feminista), sempre ocupavam lugares secundários. Dessa forma, o feminismo negro nasce da falta de espaço político das mulheres negras no interior do movimento feminista e movimento negro. As mulheres negras vêm se organizando na defesa da sua identidade e pontuando suas diferenças dentro do próprio movimento negro e feminista. A investigação foi realizada através de revisão bibliográfica, análise documental e entrevista, em uma linha de pesquisa histórico-dialética, numa abordagem qualitativa. A dimensão dos dados coletados permitiu compreender o modo pelo qual a raça, o gênero e a classe, com suas variáveis, estão interligadas no sistema de dominação e oferecem chave para compreender as experiências, as percepções e horizontes das jovens mulheres negras em consonância com as posições que elas ocupam na sociedade. Entende-se assim, mulheres negras, inclusive as mais jovens, enquanto potências, sujeitos políticos autônomos que devem lutar pela ampliação democrática.

INTRODUÇÃO

Sem pretender revisar a vasta documentação existente sobre o movimento feminista, nosso objetivo é bem modesto, é propor uma reflexão sobre a organização e lutas das mulheres negras no interior do movimento feminista e a percepção de suas especificidades, surgindo a partir de então, a necessidade de compreensão das particularidades das mulheres negras, onde por muito tempo foi tratada de forma universalizada pelo movimento feminista.

Apesar de refletirmos sobre as particularidades do movimento feminista negro, não podemos deixar de destacar a atuação do movimento feminista, pois ele forneceu experiência e base teórica para as mulheres negras, onde, a partir da participação de reuniões e encontros no movimento feminista puderam refletir, articular e reivindicar suas demandas e questões específicas. Não esquecendo também que no interior de tal movimento foi construindo lutas da qual as mulheres negras não se sentiam contempladas, sentiam-se distantes de sua realidade.

Assim, nosso interesse é que possamos refletir sobre as construções culturais e histórica da dominação e discriminação sofrida pela mulher negra na sociedade brasileira, como também reconhecer sua organização e luta para a compreensão do que é ser mulher e ser negra na sociedade brasileira, especialmente no interior de São Paulo, dada as condições que estas mulheres estão particularmente submetidas.

BREVE CONCEITUAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA

Sobretudo, para iniciar este debate, é preciso conceituar o que termo feminismo, que aqui será entendido enquanto um movimento social e político, que visa lutar pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, buscando o rompimento com os padrões patriarcais estabelecidos na sociedade. Este movimento contribuiu nas organizações de lutas pautadas na emancipação da mulher, questionando sua condição subordinada, hierarquização dos sexos, discursos e práticas em torno da mulher, enfim, a luta pela conquista da cidadania plena.

O feminismo tem sua origem no século XIX, período em que os povos adotaram cada vez mais a percepção que as mulheres são oprimidas numa sociedade centrada no homem, por seu meio ligado do patriarcado. As primeiras manifestações desafiaram ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público e também, propostas mais radicais que iam além da igualdade política, mas que abrangiam a emancipação feminina, pautando-se na relação de dominação masculina sobre a feminina em todos os aspectos da vida da mulher. (ALVES, p15, 1991 apud MOURA 2013).

Na passagem do século XIX para o século XX o feminismo foi sendo constituído em diversos lugares no mundo ocidental. Porém, destacamos aqui as décadas de 1960 e 1970 onde

os Estados Unidos e a Europa apresentavam um cenário de grande efervescência política, da qual formou-se um momento oportuno para os movimentos sociais e a concretização do feminismo na época, neste momento também a obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo sexo*, estava sendo discutido, tal obra foi importante para o estudo e desenvolvimento do feminismo.

Já no Brasil em meio ao clima da ditadura militar, o movimento feminista foi ganhando espaço mesmo que em meio a repressão e censura do momento, “o regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas”. (PINTO, 2010, p.17). No entanto consideramos relevante ressaltarmos:

O feminismo no Brasil não foi uma importação que pairou acima das contradições e lutas que constituem as terras brasileiras, foi um movimento que desde suas primeiras manifestações encontrou um campo de luta particular. (PINTO, 2003, p. 10)

Um aspecto particular do movimento feminista brasileiro é que ao se organizarem para a luta pela emancipação das mulheres também tiveram que enfrentar as desigualdades sociais dentro do movimento, nesse sentido Pinto (2003) considera:

O movimento feminista, em países como o Brasil, não pode escapar dessa dupla face do problema: por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica. Principalmente na luta de mulheres e dos negros a questão da desigualdade social é central. (PINTO, 2003, p.45).

Nesse contexto podemos entender que o movimento feminista brasileiro compreende a condição de ser mulher em nossa sociedade, surgindo como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher na vida política e econômica da sociedade, que luta por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, onde as mesmas tenham liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo, como também, a existência dos diferentes problemas que uma grande parcela da sociedade brasileira enfrenta.

Com as mudanças ocorridas no Brasil na década de 80, fim do regime militar, promulgação da Constituição Federal, o país entrou em um grande processo de transformações, assim como o movimento feminista brasileiro.

[...]o feminismo no Brasil entra em fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo[...] (PINTO,2010, p.17)

Enquanto tais desigualdades permanecerem é inegável a importância da crítica feminista sobre estes aspectos, para assim, concretizar avanços para uma desconstrução dos padrões patriarcais e machistas estabelecidos na sociedade.

A luta das mulheres ganhou várias articulações, como nos afirma (CARNEIRO, 2010) em geral, a unidade da luta das mulheres em nossa sociedade não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. A autora destaca que o racismo é uma das formas de preconceito mais forte no Brasil, uma das mais graves, sobretudo, provoca maior dano para todos os envolvidos. Tal prática rebaixa a humanidade de todos, de quem pratica e de quem é vítima, como também produz uma falsa consciência de superioridade em relação a outros seres humanos.

A sociedade brasileira sempre preferiu fazer de conta que nós não tínhamos esses problemas. Isso só os agrava na medida em que cria um caldo de cultura de impunidade em relação às práticas criminosas de racismo, violência contra a mulher e etc. (CARNEIRO, 2011). Desta forma, com a politização das desigualdades de gênero e de raça, as mulheres, em particular as negras, tomam consciência dos novos sujeitos políticos no interior do movimento feminista, como nos aponta SOARES (1995) as mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, a raças e etnias diferentes, com sexualidade e trajetória políticas distintas.

Nas articulações do movimento feminista é importante ressaltar que os encontros nacionais feministas foi um relevante espaço para as articulações das mulheres negras, a partir destes momentos, conseguiram uma organização mais efetiva, propiciando assim uma melhor articulação das categorias classe, gênero e raça para uma compreensão mais concreta da exclusão das mulheres.

MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO E A INEXPRESSÃO DE SUAS PAUTAS

Aos discutir a situação da população negra no Brasil, e as explorações que vivenciam até hoje, nos deparamos com importantíssimas obras e autores que nortearam e com uma singular atualidade, norteia-nos até hoje, como Freyre (1933, 375 p.), Fernandes (1965, 439 p) Rodrigues (1935, 303 p). Especial atenção deve ser dada aos escritos de Gilberto Freyre que promoveram uma verdadeira revolução ideológica (que pode ser identificada não positivamente, a depender de quem o analisa), num contexto onde os desafios regionais eram intensos e as elites eram moldadas de acordo com os interesses dos países mais desenvolvidos, tanto na cultura, quanto nos outros inúmeros aspectos.

A questão do racismo no Brasil não é somente uma forma da elite branca legitimar que o negro seria para sempre uma raça inferiorizada, mas foi o modo da elite intelectual e branca reagir às disparidades regionais que cresciam entre o Norte e o Sul do país, conforme aborda Rodrigues (1935):

[...] entre uma nação branca, forte e poderosa, [...] que está se constituindo nos estados do Sul, donde o clima e a civilização eliminarão a Raça negra, ou a submeterão, de um lado; e, de outro lado, os estados do Norte, mestiços, vegetando na turbulência estéril de uma inteligência viva [...] e assim ameaçados de converterem-se em pasto submisso de todas as explorações de régulos e pequenos ditadores. (p 18-19).

É preciso salientar que, o Brasil desenvolve-se economicamente, baseando-se na relação de exploração, especialmente dos negros, e que o fim desse sistema escravista, não se deu de forma pacífica, mas, por pressão e necessidade de atender a interesses econômicos. Assim, a Inglaterra estabeleceu como condição de continuar seu pacto econômico com o Brasil, o fim do mesmo, pois, para o domínio capitalista, essa forma de exploração era mais rentável.

Com a promulgação da Lei Áurea, os “ex- cativos”, sem perspectiva e preparo para inserir-se no novo sistema de trabalho, e sem qualquer tipo de política de integração que garantisse condições mínimas de sobrevivência, em sua maioria, submetiam-se às condições anteriores de vida, ou, incorporavam-se à massa de desempregados, conhecidos pela elite como desocupados (FERNANDES, p. 218-293).

Com as mudanças econômicas, no caso dos países subdesenvolvidos, a implantação da agenda neoliberal, as relações sociais ficaram cada vez mais fragilizadas, especialmente para os grupos minoritários, que têm seus direitos historicamente negados.

Essas disparidades sociais, herdadas do período colonial, salienta as diferenças entre periferias e os centros urbanos, onde na periferia a população negra continua sendo escamoteada, marginalizada vivendo o que na fala de muitos é a famosa “lei do cão”, onde o ser humano tem que lutar literalmente para sobreviver.

A sociedade capitalista, inserida em um contexto de expansão, desafiando o compromisso de luta pela equidade e justiça social, demarca as disparidades sociais que Marx já apontava inscritas no universo social, ao afirmar que:

As evoluções sociais lhe determinam outras considerações menos sentimentais. As suas causas encontram-se na estrutura econômica, no modo de produção e de troca, que preside a distribuição de riquezas e, por conseguinte, a formação das classes e a hierarquia. Quando essas evoluções se efetuam, não é porque obedecem a um ideal elevado de justiça, mas sim porque se ajustam à ordem econômica do momento. (MARX, 2010 apud ALMEIDA, 2013, p. 44).

A partir dessa análise de Marx compreende-se que todas as transformações sociais dentro do atual contexto capitalista, são determinadas por sua estrutura econômica, que dá um novo significado ao mundo do trabalho e a sociabilidade humana, entendendo que todo o nosso

cotidiano, que é onde os homens conseguem realizar-se, está submetido à lógica mercantilista. Entretanto, a estrutura econômica apontam gênero e raça também.

Com a participação e articulação das mulheres negras em encontros e seminários ocorre uma transformação no feminismo, onde as mulheres negras percebem suas particularidades e demandas, e, assim as direciona para o interior do movimento feminista. “Os eventos nacionais e internacionais das décadas de 1980 e 1990 funcionaram como arenas políticas importantes para as feministas negras, que ao incorporarem as variáveis raça e classe, entrelaçadas à de gênero, objetivaram expor as desigualdades sociais pelas quais passavam.”(Damasco, 2009, pág. 47).

Podemos destacar um importante momento dentro do movimento feminista. Em 1985, Sueli Carneiro e Thereza Santos publicaram um diagnóstico a cerca da situação da mulher brasileira em variados contextos sociais para avaliar e divulgar os progressos alcançados pelo governo brasileiro na década da Mulher 1975-1985. Tal publicação revelam dados sócios econômicos sobre a realidade da população negra em especial da Mulher Negra. (Damasco 2009, apud, Ribeiro 1995).

As autoras destacaram a relevância da organização e da luta do Movimento Feminista sobre as opressões que atingiam as mulheres brasileiras. Todavia ressaltaram a importância de perceberem as particularidades da mulher negra para que assim pudessem firmar consistentes ações entre as ativistas, nesse sentido, observamos a importância do papel das mulheres negras inseridas no movimento feminista, pois a partir dessa inserção criaram e consolidaram novas estratégias de luta que atendessem os seus referenciais, gerando assim, grandes mudanças na trajetória do movimento.

De acordo com Damasceno (2009) durante as décadas de 80 e 90 o movimento feminista elencou uma multiplicidade étnica, cultural e de classe. Tal processo desencadeou em vários grupos de mulheres;

Como vimos, entre as décadas de 1980 e 1990, emergiu no interior do movimento feminista brasileiro uma pluralidade étnica, cultural e de classe. Esse processo resultou na fragmentação do movimento em vários grupos de mulheres particulares. Em relação às mulheres negras, como abordado neste capítulo, a principal crítica centrava-se na falta de percepção, por parte do movimento feminista, da temática racial e sua importância para a identidade das mulheres negras atuantes no interior do feminismo. Esse fato foi crucial para que as ativistas negras brasileiras se mobilizassem e fundassem um movimento próprio, denominado por elas mesmas de “feminismo negro”. (Damasceno, 2009, pág. 53)

Diante das diferentes expressões e pluralidades étnico-raciais existentes em nossa sociedade, as mulheres negras não se sentiam totalmente contempladas com as lutas do movimento, visto que as mulheres negras possuem referenciais que não podem ser consideradas universais e sim específicas a esta categoria, como afirma Carneiro;

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em *solidariedade racial intragênero* conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. (CARNEIRO, 2003, p.10).

A mulher negra se insere na sociedade sofrendo o peso da dupla discriminação, raça e gênero. Nesse contexto é importante ressaltar que a opressão vivenciada pela mulher negra não é mais importante que a da mulher branca, porém é necessária a compreensão de que a mulher negra experimenta um conjunto de desvantagens sociais que resultam em uma posição social inferior à da mulher branca.

Para CARNEIRO (2011) o racismo, por exemplo, reflete em várias dimensões da sociedade, como por exemplo, no mercado de trabalho, no âmbito escolar e no modo como os negros e negras são tratados pelos aparatos repressivos do Estado. Há uma cultura enraizada que criminaliza o negro em todas as dimensões sociais, ele está sempre sujeito a sofrer uma violência física, psicológica ou moral por causa da sua cor.

Por esse motivo as mulheres negras perceberam que, mesmo estando nas lutas sociais havia uma ausência de percepção de gênero nas discussões, reflexões e proposições de superação do racismo, bem como uma ausência de raça na luta pela igualdade de gênero. (GOMES, 2008, nº de serie 160).

Em 1988 foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) em Valença – Rio de Janeiro, onde estiveram presentes 450 mulheres negras de 17 Estados do País, tal encontro foi considerado um importante marco na trajetória de luta das ativistas negras, proporcionou um impulso na construção de sua organização com referência própria e uma articulação nacional. O evento possibilitou debates, embates e reflexões que deixaram em evidência os seus objetivos:

“(…) Gostaríamos de deixar claro que não é nossa intenção provocar um racha nos movimentos sociais como alguns elementos acusam. Nosso objetivo é que nos mulheres negras comecemos a criar nossos próprios referenciais deixando de olhar o mundo pela ótica do homem tanto do negro quanto o branco ou pela da mulher branca. O sentido da expressão criar nossos próprios referenciais e que queremos estar lado a lado com as (os) companheiras (os) na luta pela transformação social quer nos tornar porta-vozes de nossas próprias ideias e necessidades, enfim queremos uma posição de igualdade nessa luta” (ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES 1 *boletim informativo Rio de Janeiro de 1988 apud* Ribeiro, 1995).

Assim o movimento foi se organizando e ganhando espaços na sociedade, pois os seus questionamentos e reivindicações era por respeito e dignidade ao tratamento com as mulheres negras.

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com

identidade de objeto. “Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados.” (Carneiro, 2003, p.01).

Lícia Maria de Lima Barbosa (2010) aponta que as críticas feitas pelas feministas negras brasileiras ao feminismo branco gerou uma relação tensa e árida durante algum tempo, embora, contemporaneamente tem surgido novas perspectivas, possibilidade de diálogos, parcerias e mesmo ações conjuntas.

Percebemos o quanto foi importante a mobilização e organização das mulheres negras diante da inquietude por falta de representação de suas especificidades no interior do movimento feminista, emergindo assim a necessidade de um movimento firmado na compreensão dos processos de opressão em torno da mulher negra, da qual reflete um novo cenário de luta e organização para uma perspectiva e afirmação do feminismo negro, do qual percebe a essência do ser mulher e negra.

Considerando toda essa breve discussão, o lugar onde centra-se a pesquisa, é na cidade de Bebedouro, que se encontra no interior de São Paulo, mais precisamente na região norte, região esta marcada fortemente pelos interesses da agroindústria, do tradicionalismo e das relações conservadoras.

Para a explanação das informações a seguir, foi realizado entrevista semi-estruturada, com três integrantes do coletivo, e uma participante de um dos eventos. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e estão cientes de que suas identidades serão preservadas. Todas as entrevistadas possuem entre 18 e 30 anos, são assalariadas, uma exerce atividade autônoma.

O Coletivo Pretas é o único coletivo genuinamente de mulheres negras para mulheres negras na cidade, e foi criado em 2015 a partir do interesse de algumas amigas, jovens negras, para falar sobre empoderamento estético. Pautando a questão do empoderamento político estético, salienta-se que também tem como crítica a representação da estética padronizada da mulher negra, ou uma estética que está sempre olhando para uma estética que não é a estética que conforma dentro do seu corpo, e dessa forma entendeu-se a necessidade de ampliar os debates, especialmente no entendimento do direito de viver com segurança e dignidade no espaço em que residem.

Todas as entrevistadas afirmaram que um dos pontos mais difíceis, refere-se ao mundo do trabalho, onde elas se sentem mais desvalorizadas e principalmente, menos representadas nos cargos de liderança e poder. Uma das entrevistadas inclusive relatou que a questão racial ficou mais assinalada para ela quando, ao tentar várias vezes uma vaga de emprego em diferentes empresas, percebia que os candidatos que passavam eram em sua maioria brancos.

As entrevistadas também afirmaram que ser mulher negra na cidade de Bebedouro é particularmente muito difícil, já que essas relações extremadas e marcantes do conservadorismo se dão de forma muito mais presente, e retira delas o direito a escolha e de existir dignamente.

Todas as entrevistadas afirmaram que encontram no Coletivo Pretas, em seus eventos e rodas de debate, força para continuarem lutando, e afirmam que a organização coletiva é a única alternativa para a construção e efetivação das políticas públicas, especialmente, para mulheres negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de que as concepções feministas tradicionais não incluíram o fato de que, historicamente, as teorias evolucionistas serviram principalmente, para explicar os problemas raciais, legitimando o racismo e a ideologia do branqueamento, tão defendida por vários intelectuais. Também não incluíram que, no período da escravidão, as mulheres negras atendiam as necessidades do trabalho no campo e na casa grande, e assim sendo, serviam também de “objetos” que atendiam aos deleites de seus senhores, estuprando-as. Em tempos de recessão dos direitos civis, políticos e sociais, especialmente aos grupos minoritários, é preciso que as estratégias de enfrentamento se voltem ao fortalecimento da identidade das mulheres negras, que ainda aprisionam-se aos padrões socialmente construídos, como forma de garantir sua sobrevivência. É preciso avançar na luta pelas políticas públicas que garantam à estas mulheres, espaço e condições de acesso à educação, saúde, habitação, emprego e renda. É preciso também avançar e fomentar mais espaços de debate, de construção social, especialmente, nos lugares mais periféricos, pois, se de um lado, existem políticas públicas para as mulheres negras, pobres e periféricas, contraditoriamente, essas mulheres não são consultadas e nem ouvidas quando essas políticas estão sendo construídas. Com isso, a efetividade da mesma pode ser facilmente questionada e refutada.

Importa salientar que a estrutura jurídica social está intrinsecamente ligada às leis e normas que foram feitas de homens para homens, desconsiderando significativamente a participação da mulher enquanto sujeito social. Isso se agrava enormemente quando falamos das mulheres negras, que, ainda hoje, são vistas como objetos marginalizados, que não tem fala própria, não é sujeito do discurso e coadjuvante de sua própria história. Como afirma Audre Lorde, nessa condição (mulher, negra) não se pode escolher contra qual tipo de opressão se luta. Sendo vítima de ambas as formas de opressões, é preciso que, diariamente, se trave um embate contra toda e qualquer forma de opressão, sem esquecer que as lutas dos grupos minoritários

estão intrinsecamente ligadas a outras bandeiras de lutas, pois, entre oprimidos, não há (ou não deveria existir) hierarquia de opressões.

A militância no interior de São Paulo na perspectiva do Coletivo Pretas, configura-se enquanto um importante instrumento potencializado de outras vozes, alcançadas pelo Coletivo Pretas, debatendo as relações de exploração e o conservadorismo, que quando não mata ou adocece e cerceia o direito a vida com dignidade, e principalmente, desvelar como vive a juventude feminina negra no interior de São Paulo. Dessa forma, será possível compreender o corpo das mulheres negras, representado hiperssexualizado, da lascividade, e muito espreado nesse imaginário social brasileiro, de outra forma, rompendo com as estruturas cognitivas que fazem pensar o corpo delas dessa forma, cujo nem mesmo as titulações acadêmicas, tão exigidas no campo profissional e mercadológico, não impede que as relações de poder se estabeleçam.

As mulheres negras vêm se organizando na defesa da sua identidade e pontuando suas diferenças dentro do próprio movimento negro e feminista. Resignificar uma identidade feminina, que no imaginário brasileiro, permanece representada apenas por um corpo se faz dessa forma, muito importante e necessário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Sueli. **Estudos Avançados. Mulheres em movimento**. São Paulo. Sept/Dec, vol. 17, nº 49, nº 03, 15 de novembro de 2003.

_____. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. **Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em:

<<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>> Acesso em: 27 jan. 2015.

DAMASCO, Mariana. **Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva o Brasil (1975-1996)**. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

GOMES, N. L. **Mulheres Negras em movimento: fazendo a diferença entre diferentes**. Congresso Português de Sociologia VI. Lisboa, 25 a 28 de junho de 2008.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DE MARX**. São Paulo: Expressão Popular, 2001

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01044782010000200003&lang=pt>

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Giselle. **Gênero, raça e pós-graduação: um estudo sobre a presença de mulheres negras nos curso de mestrado da Universidade Federal Fluminense**. Niterói: 2007. 31p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

RIBEIRO, Matilde. **As abordagens étnico-raciais e Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 79. São Paulo: Cortez, 2004.

RIBEIRO, Matilde. **A presença das mulheres negras na luta anti-racista e feminista**. Que cara tem a mulher brasileira? Seminário Gênero, Classe e raça. Instituto Cajamar, p.42-56, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **O POVO BRASILEIRO: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES. Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=JXluBAAQBAJ&pg=PP1&dq=OS+AFRICANOS+NO+BRASIL+E+BOOK&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi-wLC92P3PAhWEIZAKHaEtCkcQ6AEIODAA#v=onepage&q=OS%20AFRICANOS%20NO%20BRASIL%20E%20BOOK&f=false>. Acessado em 07 de Jan. de 2018

